PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/2025

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 176/2025

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI Nº 14.133/2021

O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE (SC)**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 78.505.591/0001-46, com sede administrativa na Avenida São Luiz, n.º 531, Centro, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **EVERALDO LUIS CASONATTO**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** que realizará licitação na modalidade Dispensa de Licitação, processada e julgada consoante art. 75, II da Lei nº. 14.133/2021 e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:	***DIA 22/10, ÀS 17:00 HORAS***
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:	compras@uniaodooeste.sc.gov.br
LINK DO EDITAL:	https://uniaodooeste.sc.gov.br/licitacoes/

1. DO OBJETO

Constitui o objeto desta Dispensa a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (SPT) PARA FORNECER INFORMAÇÕES SOBRE A RESISTÊNCIA DO SOLO E SUA ESTRATIGRAFIA PARA O "PROGRAMA CASA CATARINA" E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ENSAIO DE CBR E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO PARA PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC.**

1.2. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.2.1 – ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1.2.2 - ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1.2.3 - ANEVO III - MODELO DE PROPOSTA

1.2.4 – ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA

2. DO OBJETO

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de União do Oeste/SC, para exercício de 2025, na classificação abaixo:



3. DO VALOR ESTIMADO

3.1. Para o processo de contratação que segue, foi adotado o parcelamento da solução com MENOR PREÇO POR ITEM.

3.2. – O valor unitário estimado para cada item é de acordo com a tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.
01	EXECUÇÃO DE 04 FUROS DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (SPT), CONFORME ABNT NBR 6484 E NBR 8036. (ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.)	UND	01	R$7.600,00
02	EXECUÇÃO DE ENSAIO DE CBR E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO PARA PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. (ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE	UND	01	R$5.745,00

	REFERÊNCIA.)			

4. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.1. A presente **DISPENSA** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: compras@uniaodooeste.sc.gov.br, preferencialmente fazendo referência a DISPENSA DE Nº 172/2025.

4.2. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **22/10/2025 às 17:00hrs.**

4.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

• Habilitação Jurídica:

a) Comprovação de existência jurídica da pessoa, através de ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

b) Documento com foto do representante legal.

• Habilitação referente à regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas conforme o caso; (Link para consulta: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp);

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da

Fazenda Nacional. (Link para consulta: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir);

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital de Santa Catarina e do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. (Link da Fazenda Estadual de Santa Catarina: https://sat.sef.sc.gov.br/tax.NET/Sat.CtaCte.Web/SolicitacaoCnd.aspx);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) expedido pela Caixa Econômica Federal; (Link para consulta: https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei Federal 12.440/11 e na Resolução Administrativa 1.470/11 do Tribunal Superior do Trabalho. (Link para consulta: https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces);

g) Prova de Regularidade com TCU, CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas) mediante consulta junto ao Tribuna de Contas da União. (link para consulta: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/);

- **Habilitação referente a avaliação econômico-financeira:**

a) Comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, através de certidão expedida pela JUNTA COMERCIAL ou pelo REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, conforme o caso, para fins de aplicação dos procedimentos definidos na Lei Complementar 123/06, sendo dispensado caso a licitante não seja enquadrada.

Nota 01. As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 02. Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

"Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro".

- **Qualificação técnica:**

a) Registro da empresa no CREA (Certidão de Registro e Quitação – CRQ) – comprovando que está legalmente habilitada a executar serviços de engenharia geotécnica ou de solos. OU Registro da empresa no CREA, constando atividade de serviços de geotecnia, sondagem ou investigação de solos.

b) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do profissional responsável pelos ensaios (engenheiro civil ou geotécnico).

c) Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre a execução anterior de serviços compatíveis em características com o objeto licitado.

4.4. Proposta de Preço/Cotação:

4.4.1 A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo III deste Edital.

4.4.2 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando -se pela desclassificação.

4.4.3 Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

5. DO PAGAMENTO E PRAZO DE ENTREGA

5.1. O pagamento ocorrerá em **até 30 (trinta) dias após a entrega do material**, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação.

5.3. O prazo de início de execução da oficina, será conforme edital e Solicitação de Fornecimento expedida pelo Departamento de Compras e Licitações.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. Poderá o Município revogar o presente Edital da Dispensa, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

6.2. Eventual revogação ou anulação do procedimento de intenção de Dispensa de Licitação, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência do licitante proponente, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e devidamente aceito pelo Município.

Município de União do Oeste (SC), em 17 de outubro de 2025.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

EVERALDO LUIS CASONATTO:75815699934

Assinado de forma digital por EVERALDO LUIS CASONATTO:75815699934
Dados: 2025.10.17 16:21:04 -03'00'

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XX c/c art. 18, §§ 1º e 2º

1.INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Estudo Técnico Preliminar – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos.

E-mail: agricultura@uniaodooeste.sc.gov.br

Telefone: (49) 3348-1212

Responsável(is): Tadeu Cuochinski

2. OBJETO:

Estudo Técnico Preliminar para tratar da necessidade da CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (SPT) PARA FORNECER INFORMAÇÕES SOBRE A RESISTÊNCIA DO SOLO E SUA ESTRATIGRAFIA PARA O "PROGRAMA CASA CATARINA" E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ENSAIO DE CBR E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO PARA PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:

A presente contratação, através da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos, tem por finalidade a execução dos serviços de Ensaio CBR e Estudo do Solo, destinados à pavimentação asfáltica no âmbito do **Programa Estrada Boa Rural**, já os serviços de Sondagem à Percussão (SPT), são através da Secretaria de Assistência Social, necessários à execução de obras vinculadas ao **Programa Casa Catarina**, ambos do Governo do Estado de Santa Catarina.

Os ensaios CBR e o Estudo do Solo são imprescindíveis para garantir a qualidade técnica, segurança e durabilidade das obras de pavimentação, permitindo a correta definição das camadas de pavimento e dos parâmetros de engenharia, de modo a assegurar o desempenho adequado das vias rurais e o bom aproveitamento dos recursos públicos investidos.

Por sua vez, a Sondagem à Percussão (SPT) é indispensável para a análise da resistência e da estratigrafia do solo, bem como para a verificação do nível do lençol freático, informações essenciais à segurança estrutural, viabilidade técnica e economicidade das edificações previstas no Programa Casa Catarina. Os dados obtidos com o ensaio subsidiam o dimensionamento adequado das fundações e a implantação correta do sistema de tratamento de esgoto individual, composto por fossa, filtro e sumidouro.

Considerando que ambos os objetos tratam-se de serviços de engenharia de natureza técnica e especializada, e que a contratação conjunta possibilita otimização de recursos, eficiência administrativa e economicidade, optou-se pela realização de um único processo licitatório, de forma a garantir maior agilidade e melhor aproveitamento pela Administração Pública, em observância aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021 e ao interesse público.

No caso, verifica-se que a Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos e a Secretaria de Assistência Social, não apresentaram justificativas de pertinência de adoção do Sitema de Registro de Preço, nem fez o devido enquadramento nas hipóteses previstas, razão pela qual não se faz possível conferir adequação da escolha, devido a ser uma contratação a ser realizada em um único serviço.

4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO:

Previsão na Lei Orçamentária Anual – LOA Lei nº 1.276 de 01 de novembro de 2024.

5. – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. O objeto deve ser entregue com as mesmas especificações constantes no Termo de Referência e Edital a ser elaborado e seus anexos.

5.2. São de responsabilidade da empresa todos os impostos, taxas, licenças e registros dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, que se fizerem necessários, bem como as despesas com frete e recursos humanos (quando for o caso).

5.2 A licitante deverá apresentar as seguintes declarações/documentações:

PESSOA JURÍDICA:

Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho;

• Habilitação Jurídica:

a) Comprovação de existência jurídica da pessoa, através de ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

b) Documento com foto do representante legal.

• Habilitação referente à regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas conforme o caso; (Link para consulta: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp);

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. (Link para consulta: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir);

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital de Santa Catarina e do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. (Link da Fazenda Estadual de Santa Catarina: https://sat.sef.sc.gov.br/tax.NET/Sat.CtaCte.Web/SolicitacaoCnd.aspx);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) expedido pela Caixa Econômica Federal; (Link para consulta: https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei Federal 12.440/11 e na Resolução Administrativa 1.470/11 do Tribunal Superior do Trabalho. (Link para consulta: https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces);

g) Prova de Regularidade com TCU, CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas) mediante consulta junto ao Tribuna de Contas da União. (link para consulta: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/);

- **Habilitação referente a avaliação econômico-financeira:**

b) Comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, através de certidão expedida pela JUNTA COMERCIAL ou pelo REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, conforme o caso, para fins de aplicação dos procedimentos

definidos na Lei Complementar 123/06, sendo dispensado caso a licitante não seja enquadrada.

Nota 01. As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 02. Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

"Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro".

• Qualificação técnica:

d) Registro da empresa no CREA (Certidão de Registro e Quitação – CRQ) – comprovando que está legalmente habilitada a executar serviços de engenharia geotécnica ou de solos. OU Registro da empresa no CREA, constando atividade de serviços de geotecnia, sondagem ou investigação de solos.

e) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do profissional responsável pelos ensaios (engenheiro civil ou geotécnico).

f) Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre a execução anterior de serviços compatíveis em características com o objeto licitado.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de Ensaio CBR e Estudo do Solo, voltados à pavimentação asfáltica do

Programa Estrada Boa Rural, e de Sondagem à Percussão (SPT), destinados às obras do Programa Casa Catarina, ambos do Governo do Estado de Santa Catarina.

Os serviços deverão ser executados por empresa tecnicamente habilitada e registrada no CREA, sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado, devidamente vinculado por meio de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). A contratada deverá empregar métodos, equipamentos e ensaios compatíveis com as normas técnicas da ABNT.

A execução deverá compreender todas as etapas necessárias para obtenção de resultados confiáveis, incluindo coleta de amostras, ensaios laboratoriais, interpretação dos dados e elaboração de relatórios técnicos conclusivos.

Os relatórios deverão conter memoriais descritivos, tabelas e perfis geotécnicos, com recomendações técnicas aplicáveis ao dimensionamento do pavimento e das fundações, bem como à implantação do sistema de tratamento de esgoto individual previsto para o Programa Casa Catarina (fossa, filtro e sumidouro).

Por se tratar de serviços de caráter técnico e pontual, não há exigências de manutenção ou assistência técnica posterior, limitando-se a obrigação da contratada à entrega dos relatórios e laudos em conformidade com as normas e especificações contratuais.

A contratação de ambos os serviços em um único processo licitatório busca promover racionalização administrativa, economicidade e otimização de recursos públicos, além de assegurar uniformidade na execução e no controle técnico dos ensaios, atendendo aos princípios da Lei nº 14.133/2021 e ao interesse público.

7. – RELAÇÃO DA DESCRIÇÃO DOS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
01	EXECUÇÃO DE 04 FUROS DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (SPT), CONFORME ABNT NBR 6484 E NBR 8036. (ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.)	UND	01
02	EXECUÇÃO DE ENSAIO DE CBR E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO PARA PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. (ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.)	UND	01

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

A contratação não será de forma parcelada, tratando-se de contratações de parcelas únicas.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não existem no momento contratações correlatas e interdependentes.

10. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO:

Considerando que o Município de União do Oeste, recentemente formalizou a adoção dos procedimentos previstos na Lei nº 14.133, até o presente momento, o município ainda não possui o Plano Anual de Contratações.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

A contratação proposta visa garantir maior economicidade à Administração Pública, uma vez que permitirá a obtenção de resultados mais eficientes com o uso racional dos recursos financeiros disponíveis. A escolha do objeto e do modelo de contratação foi pautada em critérios técnicos e de custo-benefício, considerando o melhor preço aliado à qualidade e à durabilidade do serviço a ser adquirido.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, QUANDO APLICÁVEL:

Não foram detectados possíveis impactos ambientais pela pasta da secretaria solicitante.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

Considerando o conjunto de informações apresentadas, conclui-se pela viabilidade da contratação, no que tange aos aspectos de benefícios almejados, e, principalmente, o alcance dos objetivos institucionais com eficiência.

Com base nas informações levantadas ao longo do ETP, declaramos a viabilidade de contratação da solução, através de Processo Licitatório.

Município de União do Oeste (SC), em 14 de outubro de 2025.

TADEU CUOCHINSKI

Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos.

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XXIII c/c art. 40, §§ 1º e 4º

1. DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Referência é CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (SPT) PARA FORNECER INFORMAÇÕES SOBRE A RESISTÊNCIA DO SOLO E SUA ESTRATIGRAFIA PARA O "PROGRAMA CASA CATARINA" E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ENSAIO DE CBR E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO PARA PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC.

1.2. Natureza do objeto:

(X) Comum ( ) Especial ( ) Não se aplica

1.3. Compreende-se que a contratação deverá ser licitada pela modalidade:

( ) Pregão ( ) Concorrência ( ) Leilão ( ) Concurso ( ) Diálogo Competitivo (x) Não se aplica

1.3.1. Registro de Preços:

( ) SIM (x) NÃO

1.4 Será realizada uma contratação direta?

(X) SIM ( ) NÃO

1.4.1 Se sim, qual?

(x) Dispensa ( ) Inexigibilidade

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS BENS A SEREM ADQUIRIDOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.
01	EXECUÇÃO DE 04 FUROS DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (SPT), CONFORME ABNT NBR 6484 E NBR 8036. (ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.)	UND	01	R$7.600,00
02	EXECUÇÃO DE ENSAIO DE CBR E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO PARA PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. (ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.)	UND	01	R$5.745,00

2.1. Especificações do itens:

Item 01. EXECUÇÃO DE 04 FUROS DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (SPT), CONFORME ABNT NBR 6484 E NBR 8036:

- Contratação de empresa especializada para a execução de 4 (quatro) furos de sondagem à percussão (SPT), conforme ABNT NBR 6484 e NBR 8036, até a recusa (impenetrável) ou à profundidade máxima de 10,00m, incluindo fornecimento de equipamentos, mão de obra, insumos, transporte, registros de campo e emissão de relatório técnico conclusivo;
- Localizada na Quadra 56, Lote 01, da cidade de União do Oeste;
- Abertura de furos de sondagem conforme NBR 6484/2020;
- Registro da estratigrafia do solo, número de golpes (N) e nível d'água;
- Coleta de amostras deformadas para análise visual/tátil;
- Elaboração de perfis geotécnicos;
- Determinação do nível de água;
- Emissão de relatórios técnicos conclusivos, acompanhados de ART;
- Execução de 4 (furos de sondagem) até o impenetrável a percurssão ou 10,00m de profundidade;
- A Prefeitura Municipal disponibilizará água para execução do ensaio.



Item 02. EXECUÇÃO DE ENSAIO DE CBR E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO PARA PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.

- Contratação de empresa especializada em serviços de laboratório de geotecnia para a realização de ensaios laboratoriais em amostras de solo, visando fornecer parâmetros técnicos indispensáveis ao dimensionamento e à avaliação da viabilidade de utilização dos solos locais, contemplando granulometria por peneiramento e/ou sedimentação, determinação dos limites de liquidez e de plasticidade, ensaio de compactação na energia normal, ensaio de expansão e Índice de Suporte Califórnia (ISC) na energia normal, devendo todos os serviços serem acompanhados da emissão de relatórios técnicos conclusivos e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
- Avaliar a classificação e qualidade do solo de subleito;
- Definir parâmetros de resistência, suporte e comportamento volumétrico;
- Garantir conformidade técnica com normas da ABNT e DNIT;
- Subsidiar o dimensionamento estrutural do pavimento, reduzindo riscos de falhas prematuras;
- Evitar gastos futuros com manutenções corretivas decorrentes de projeto deficiente.

- Granulometria por peneiramento e/ou sedimentação;
- Determinação dos limites de liquidez e de plasticidade;
- Ensaio de compactação – energia normal;
- Ensaio de expansão e Índice de Suporte Califórnia (ISC) – energia normal;
- Todos os serviços deverão ser acompanhados de emissão de relatórios técnicos conclusivos e de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).
- Serão coletadas 10 amostras para realização dos ensaios acima supracitados, uma amostra a cada 240m, em um trecho de 2,4km em estrada vicinal que liga a comunidade de Adolfo Konder ao centro do município de União do Oeste – SC.



3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo a realização de serviços de Sondagem à Percussão, Ensaio de CBR e Caracterização de Solo, necessários para subsidiar estudos técnicos e projetos de engenharia do Município, garantindo a adequada análise das condições geotécnicas dos terrenos onde serão executadas futuras obras públicas.

Os ensaios são indispensáveis para determinar parâmetros do solo, tais como resistência, capacidade de suporte e composição, possibilitando a elaboração de projetos mais precisos e

seguros, conforme as normas técnicas vigentes. Tais informações são essenciais para evitar falhas estruturais, desperdício de materiais e retrabalhos, assegurando a durabilidade e eficiência das construções públicas.

A contratação justifica-se, portanto, pela necessidade de obtenção de dados técnicos confiáveis, os quais não podem ser obtidos por meios próprios, tendo em vista que o Município não dispõe de equipamentos específicos nem de equipe técnica especializada para a execução desses ensaios. Assim, a terceirização do serviço mostra-se a alternativa mais econômica e eficiente, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. SECRETARIA REQUISITANTE

A presente contratação será destinada a atender as necessidades da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos e da Secretaria de Assistência Social.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A forma e critério de julgamento a ser utilizada no presente certame será o menor preço por:

(x) item ( ); por lote; ( ) global.

Para o presente processo de contratação, será adotado o critério de julgamento pelo menor preço por item, tendo em vista que os serviços a serem contratados possuem características distintas e poderão ser atendidos por empresas diferentes, de acordo com sua especialidade técnica e capacidade de execução.

6. CONDIÇÕES ESPECIAIS DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

6.1. Condições especiais de habilitação (habilitação técnica e qualificação econômico-financeira) estão descritas no item no Estudo Técnico Preliminar de aquisição, com quantitativo mínimo de itens, e não será permitida a participação de Pessoa Física, uma vez que a mesma não conseguirá cumprir com os requisitos mínimos de contratação já definidos na etapa do Estudo Técnico Preliminar.

6.2. O edital será elaborado após a conclusão do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, com isso, haverá um item em específico que constará toda a documentação

necessária para a participação do licitante no processo licitatório, que deverá ser seguido precisamente.

7. MODO E CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Por ocasião do recebimento do produto, o órgão requisitante, por intermédio de servidor devidamente designado por cada Secretaria, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade do mesmo e de rejeitá-lô, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, estando a proponente vencedora obrigada a promover a devida regularização, observando-se os prazos contratuais.

7.2. O aceite do serviço não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

7.3. Caso o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

7.4. Caberá à proponente vencedora obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

7.5. Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital, sendo que o valor constante no contrato administrativo será a única remuneração devida à licitante vencedora.

7.6. Os serviços deverão ser executados conforme cronograma previamente aprovado pela Administração Pública, respeitando os prazos estabelecidos e evitando paralisações injustificadas.

7.7. Todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à completa execução do serviço são de responsabilidade da contratada, devendo obedecer aos padrões de qualidade exigidos e às normas técnicas vigentes.

7.8. Execução de sondagens SPT nos pontos indicados pela Prefeitura, com registro e amostragem conforme boas práticas geotécnicas.

7.9. A execução deverá seguir normas técnicas brasileiras pertinentes e boas práticas geotécnicas e de ensaio (normas da ABNT aplicáveis ao SPT, coleta de amostras, ensaios granulométricos, limites de Atterberg, CBR, teor de umidade, ensaios de compactação, entre outras).

7.10. A empresa contratada é responsável por sinalização, medidas de segurança no local de trabalho, proteção de passantes e dispositivos de contenção temporária, quando necessários.

7.11. A empresa deverá apresentar responsável técnico (engenheiro civil/geotécnico devidamente registrado no CREA) com experiência comprovada em serviços análogos.

7.12. O aceite final ocorrerá mediante entrega do Relatório Geotécnico consolidado, planilhas digitais (formato editável), plantas com coordenadas, perfis e laudos de laboratório assinados pelo responsável técnico.

7.13. Todas as sondagens e coletas de amostras deverão ser realizadas com acompanhamento de responsável técnico habilitado, com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) devidamente registrada no CREA/CAU.

7.14. A contratada deverá disponibilizar equipamentos em perfeito estado de conservação e funcionamento, devidamente calibrados e adequados ao tipo de ensaio proposto.

7.15. Executar os serviços conforme as boas práticas de engenharia, garantindo a precisão dos resultados e a integridade das amostras coletadas.

7.16. Responsabilizar-se pela segurança da equipe e dos transeuntes, isolamento e sinalização da área durante a execução.

7.17. Providenciar, às suas expensas, transporte, alimentação, hospedagem, combustível e demais custos operacionais necessários à execução caso necessário.

7.18. É de inteira responsabilidade da contratada recolher e destinar corretamente resíduos e materiais gerados durante os trabalhos, atendendo à legislação ambiental.

7.19. Por fim, cabe a empresa seguir todas as orientações elaboradas neste termo de referência.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

a. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATADA.

b. A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

c. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1° do art. 117 da Lei 14.133/2021.

d. A conformidade do item a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

e. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei n° 14.133/2.

f. Fica designado o Engenheiro Luís Henrique Hillesheim, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto contratado, nos termos disciplinados nos art. 117 e §º da Lei nº 14.133/2021.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ENTREGA DOS ITENS

9.1. O presente objeto se enquadra como fornecimento contínuo?

( ) SIM (x) NÃO

9.2. A prestação dos serviços e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Município de União do Oeste, por intermédio do Engenheiro Luís Henrique Hillesheim, que acompanhará a prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas. Os fornecedores, terão 30 (trinta) dias após a emissão da solicitação de fornecimento para executar os serviços solicitados.

9.3. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município de União do Oeste e terá as seguintes atribuições:

a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes.

b) Receber o serviço, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.

c) Assegurar ao CONTRATADO acesso às suas dependências, por ocasião da entrega do serviço.

d) Agir e decidir em nome do Município de União do Oeste, inclusive, para rejeitar o(s) serviço(s) fornecido(s) em desacordo com as especificações exigidas.

e) Comunicar oficialmente à CONTRATADA quanto à rejeição do(s) serviços(s).

f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.

g) Exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.

h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições previstas neste instrumento.

i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à CONTRATADA, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.

j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à CONTRATADA**.**

k) Instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município de União do Oeste.

l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

10. DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à CONTRATADA, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, juntamente com as comprovações de regularidade junto a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho.

10.2. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

10.3. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização do Município de União do Oeste e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

10.4. Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de União do Oeste, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

10.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de União do Oeste.

10.6. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

10.7. O Município de União do Oeste poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer

reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

10.8. A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de União do Oeste.

10.9. Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.

10.10. A CONTRATADA retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de União do Oeste.

10.11. Débito da CONTRATADA para com o Município de União do Oeste quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

10.12. Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração às demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

10.13. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de União do Oeste, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do União do Oeste do mês anterior ao do pagamento “pro rata tempore”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

10.14. Para execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra legível, em nome do Município de União do Oeste, mediante transferência bancária, na agência e estabelecimento bancário a serem especificadas pela contratada na nota fiscal/fatura contém obrigatoriamente BANCO/INSTITUIÇÃO, CÓDIGO DO BANCO, Nº DA AGÊNCIA, TIPO DE CONTA, Nº DA CONTA, NOME DO 1º TITULAR, CPF/CNPJ.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta das dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2025.



12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	COT. 01	COT. 02	COT. 03	VALOR FINAL
EXECUÇÃO DE 04 FUROS DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (SPT), CONFORME ABNT NBR 6484 E NBR 8036. (ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.)	UND	01	R$5.745,00	R$18.499,00	R$11.869,30	R$5.745,00
EXECUÇÃO DE ENSAIO DE CBR E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO PARA PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. (ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.)	UND	01	R$10.150,00	R$7.600,00	R$9.141,60	R$7.600,00

13. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumo a responsabilidade.

14. RESSALVA

Após a elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, será elaborado o Edital. Nesse processo, poderão surgir novas inclusões relacionadas à forma de pagamento, fiscalização, entre outros aspectos. Assim, recomenda-se a leitura atenta do Edital, para garantir que o procedimento seja realizado corretamente, atendendo às necessidades da Administração

Pública, e para entender claramente as exigências de habilitação e entrega do objeto.

Município de União do Oeste (SC), em 17 de outubro de 2025.

Tadeu Cuochinski

Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos.

ANEXO III- PROPOSTA

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (SPT) PARA FORNECER INFORMAÇÕES SOBRE A RESISTÊNCIA DO SOLO E SUA ESTRATIGRAFIA PARA O "PROGRAMA CASA CATARINA" E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ENSAIO DE CBR E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO PARA PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC.

ITEM	DESCRIÇÃO	Und.	Quant.	Preço Unit. Proposto.	Preço Um. Máximo
01	EXECUÇÃO DE 04 FUROS DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (SPT), CONFORME ABNT NBR 6484 E NBR 8036. (ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.)	UND	01		
02	EXECUÇÃO DE ENSAIO DE CBR E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO PARA PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. (ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.)	UND	01		

Valor por Item da Proposta:

Validade da Proposta 60 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Razão social;

Nº do CNPJ:

Endereço:

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Também DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

_____

(LICITANTE – CNPJ/CPF

ANEXO IV

DECLARAÇÃO UNIFICADA

(NOME DA EMPRESA), (CNPJ), declaro para os devidos fins, sob as penas da lei:

a) Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

b) Enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 14.133/2021;

c) Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento;

d) Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91, se couber; e

e) Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 – inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

f) Cumprimento da Lei nº 13.709/2018 – LGPD.

Declaro que o referido é verdade sob as penas do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA)

_____

(NOME DO FORNECEDOR – CNPJ/CPF)